

Comitê aprova a fidelidade partidária

Da Sucursal do Rio

-2 ABR 1986

FOLHA DE SÃO PAULO

Rogério Carneiro

A volta da fidelidade partidária e o fim do jeton foram propostas aprovadas ontem, na reunião da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, pelo comitê temático que debate sobre o Poder Legislativo. O comitê —um dos dez em que a Comissão foi dividida— reuniu-se no Hotel Glória, na Glória, zona sul do Rio, e as propostas aprovadas serão submetidas à votação em reunião plenária da Comissão (51 membros) em data que ainda será marcada.

Os membros do comitê temático do Poder Legislativo são os mesmos que até então debatiam o regime de governo e o Poder Executivo, definidos no mês passado (foi aprovada uma fórmula mista de parlamentarismo, batizada de "dualismo de complementariedade", como sistema de governo). As propostas de ontem foram aprovadas por unanimidade: o deputado que mudar de partido perde o mandato. O parlamentar só pode abandonar o partido em que foi eleito para fundar uma nova agremiação partidária. Ao invés de jeton, o parlamentar receberá um subsídio mensal fixo e uma ajuda de custo anual. O controle da frequência será feito e o deputado ausente pode perder o mandato, inclusive através de proposta feita por ação popular.

Os maiores debates no comitê foram sobre o número de representantes na Câmara por Estado e sobre a competência do Senado. O jurista Miguel Reale, 74, considera absurda a fixação dos limites atuais (mínimo de oito e máximo de sessenta deputados por Estado), que "faz com que um acreano tenha o mesmo peso eleitoral de 21 paulistas", e propôs "o fim desta discrepância". O comitê aprovou a manutenção do limite mínimo e a ampliação do máximo. Os números não foram definidos, mas pode ser aprovada a sugestão do cientista político Bolívar Lamounier, 42. Segundo ele, cada Estado elegeria um deputado por 250 mil habitantes, até chegar a sessenta. A partir daí, teria um deputado por 500 mil. São Paulo passaria, com esta fórmula, a ter 81 deputados.

Sobre o Senado, foi debatida a proposta do presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Joaquim Arruda Falcão Neto (toma posse hoje), que defende a manutenção de sua função revisora de matérias aprovadas pela Câmara. O Senado, ainda segundo sugestão de Arruda Falcão,

teria controle sobre os atos do presidente da República e sobre os atos internacionais e decidiria sobre conflitos entre Estados. As propostas foram debatidas, mas não houve votação.

Hoje pela manhã, os relatores, coordenadores e secretários dos comitês reúnem-se para definir o andamento dos trabalhos e podem marcar para amanhã a realização da primeira reunião coletiva de toda a Comissão nesta semana. Ainda não seria uma reunião deliberativa, mas serviria para avaliar e compatibilizar as decisões dos diferentes comitês.

Ermírio

O empresário Antônio Ermírio de Moraes cancelou ontem a viagem que faria ao Rio, onde participaria, às 9h, da reunião da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Ermírio declarou, à tarde, que o cancelamento foi causado pelo fechamento do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, por falta de visibilidade (veja o noticiário na página 23).

Jurista critica projeto de Constituição do PT

Da Reportagem Local

O jurista Antônio Tito Costa, 62, especialista em Direito Administrativo e Eleitoral, criticou ontem, em São Paulo, o anteprojeto de Constituição do PT, redigido pelo professor Fábio Konder Comparato, afirmando que o aumento do poder do Estado sugerido pela proposta, se aplicado, configuraria "um verdadeiro desastre" à vida econômica e política brasileira.

Tito Costa, ex-prefeito de São Bernardo do Campo, cidade ao sul da Grande São Paulo, também ironizou a forma como o anteprojeto do PT (publicado em resumo pela Folha, no domingo passado) foi preparado. "Certos setores, principalmente da

esquerda e do PT, setores intelectuais e populistas, criticaram a Comissão de Estudos Constitucionais (com sede no Rio de Janeiro e presidida pelo jurista Afonso Arinos) pelo fato de ela estar preparando um anteprojeto de Constituição num grupo fechado. Mas a iniciativa do professor Comparato é mais isolada ainda", disse.

Segundo Tito Costa, o objetivo da Comissão presidida por Arinos é o mesmo de Fábio Comparato: "Preparar um texto para depois ser submetido à discussão, não uma imposição." O jurista elogiou a iniciativa de Comparato e considerou seu autor "um intelectual sério". Disse, porém, que vê "com reservas" o trabalho final, adotado pelo PT.

Criticou, por exemplo, o artigo 43 do anteprojeto de Comparato, que diz que "o Estado assegura a livre apropriação dos bens necessários à manutenção de uma vida digna e sóbria, para o indivíduo e os familiares que dele dependam". Para Tito Costa, este artigo "é um convite a invasões, por exemplo, de conjuntos habitacionais em construção".

Disse ainda que o artigo 210, que admite expropriações de terras sem indenização, implica, na prática, "num confisco", algo que caracterizaria o texto como "agressivo demais". Também fez restrições ao controle do Estado sobre as empresas, que o anteprojeto de Comparato permite.

Este controle "seria um desastre", pois "a máquina do Estado é impossível de ser contida, ela se defende a si própria", afirmou. Estranhou também a figura do Superintendente Nacional de Planejamento, que concentraria todas as atividades de planejamento econômico do país e estaria acima do presidente da República. "Seria um superpoder dentro do Estado, e isso é um perigo", disse Tito Costa.

O jurista, entretanto, elogiou a proposta de Comparato na parte em que admite que grupos de até dez mil cidadãos tenham direito de propor projetos de lei. "É uma coisa interessante dar a iniciativa das leis a um grupo de cidadãos, isto democratiza o processo legislativo", afirmou.

Jorge Amado e o ex-ministro Eduardo Portela na reunião da comissão, no Rio

Arinos quer governo semiparlamentarista

Da Sucursal do Rio

O Congresso constituinte deve aprovar um sistema de governo "semiparlamentarista" para o país. Esta é a opinião do jurista e ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, 80, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e defensor do "semiparlamentarismo". O sistema de governo será "semelhante ao que foi aprovado na Comissão" (chamado, segundo sugestão do próprio Arinos, de "dualismo de complementariedade") e "não há possibilidade de vitória da oposição no Congresso constituinte", acredita Arinos.

Pelos cálculos do presidente da Comissão, a "oposição (ele citou PDT, PT, PCB e PC do B) não fará,

reunida, mais de 20% de membros da Constituinte". Afonso Arinos disse que a intenção do governador do Rio, Leonel Brizola, que declarou que pode candidatar-se ao Congresso constituinte somente para derrubar a tese semiparlamentarista, "é compreensível, um pouco ingênua, mas inatingível". Além da reduzida bancada oposicionista, ele afirmou que "a presença, entre os próprios membros destes partidos, de defensores de teses semelhantes à nossa, dificultará a rejeição do dualismo".

Afonso Arinos disse que espera "uma boa recepção" no Congresso do anteprojeto que está sendo preparado pela Comissão e defendeu a elaboração de uma Constituição "não tagarela: que fale muito sem excesso de texto".